



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

19ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/23
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 09 DE MAIO DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Boa tarde a todos.

Estão presentes os Vereadores Arselino Tatto, Rodrigo Goulart, Rubinho Nunes e a Sra. Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 24ª audiência pública de 2023, a 19ª audiência pública ao PL 127/20123, PDE, Executivo, Ricardo Nunes, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Informo que esta audiência vem sendo publicada desde o dia 27 de abril no *Diário Oficial da Cidade*; nos dias 27 de abril e 5 de maio no jornal *O Estado de S. Paulo*; 28 de abril e 5 de maio no jornal *Folha de S. Paulo*.

As inscrições para participação do público foram abertas no site da Câmara Municipal de São Paulo em 26 de abril, devendo os inscritos pelo site participar pela plataforma *on-line*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a Secretaria desta Comissão à esquerda. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar nos termos regimentais. Lembrando que este tempo é improrrogável.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representado, neste ato, pelo Sr. Fernando Gasperini, Diretor de Planurb e Sra. Patricia Saran, Coordenadora de Participação; Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras; Aline Torres, Secretária Municipal de Cultura; Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito; João Siqueira de Farias, Secretário Municipal de Habitação;

Carlos Alberto Bezerra Júnior, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, representada, neste ato, pela Sra. Paola Forjaz, *on-line*; Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça, Secretário do Ministério Público do Estado de São Paulo; Florisvaldo Fiorentino Junior, Defensor Público Geral, Defensoria Pública Geral.

Passemos a 19ª audiência pública ao PL 127/20123, PDE, tendo como tema: audiência pública geral. Pergunto aos Vereadores presentes se algum dos Colegas gostaria de fazer uso da palavra? Não havendo inscritos, no momento, pergunto à Secretaria se há inscritos presenciais?

Convido o Sr. Fernando para que faça a apresentação pelo Poder Executivo. Lembro a todos que as inscrições seguem abertas.

Tem a palavra o Sr. Fernando Gasperini.

O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI – Boa tarde a todos e a todas.

Como a apresentação de hoje é geral, nós trouxemos um panorama, uma síntese do projeto de lei proposto pelo Executivo e, como é algo muito extenso, eu não vou ler literalmente todos os *slides*. Eu vou passar um panorama dos assuntos de que trata o projeto de lei.

- Orador passa a se referir às imagens exibidas.

O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI – É a mesma estrutura das apresentações que temos feito.

Esta revisão do Plano Diretor é intermediária, o que significa que ela é uma revisão de aperfeiçoamento e calibração do Plano Diretor atual, que tem vigência de 15 anos, vai até o ano de 2029.

Então, nesse sentido, todos os objetivos e diretrizes estratégicos da política urbana permanecem válidos. É um processo que ocorreu desde 2021, em três etapas sucessivas, possibilitando o aprofundamento das questões discutidas com a população.

A linha do tempo mostra as três etapas com os respectivos canais de participação, pelo Executivo, que contaram com oficinas, audiências públicas, consultas públicas *on-line* e

agendas com os conselhos participativos. Em cada etapa nós tivemos também relatórios técnicos e documentos que serviram de base para as discussões.

Na etapa 3 nós recebemos cerca de 4.400 contribuições, que foram sistematizadas, sendo os canais *on-line* que contaram com o maior número de participações.

Esses são os artigos da minuta prévia, que não é a versão final, que tiveram maior número de contribuições.

E, aí, é o mesmo gráfico, só que por assuntos. Então, os assuntos mais comentados, que mais tiveram contribuições da população foram as áreas verdes, os eixos de estruturação de transformação urbana, o sistema municipal de planejamento e instâncias de participação.

Esse processo teve início com o diagnóstico feito pela Prefeitura, e que serviu de base para a discussão com a população para a definição daquilo que deveria ser o escopo da revisão, os elementos a serem aperfeiçoados.

Foi feito todo um trabalho de discussão com diversas secretarias do município e órgãos municipais para a elaboração de uma primeira versão, que é essa minuta prévia. E essa minuta prévia serviu de base para a discussão na etapa 3, de forma que ela foi revisada e consolidada nessa versão que foi encaminhada à Câmara Municipal. Então, o projeto de lei tem 75 artigos divididos em 12 capítulos.

O projeto de lei tem início com as Exposições Preliminares, onde se reafirma que a manutenção dos princípios objetivos e diretrizes estratégicas do Plano Diretor. Uma corrigenda em relação aos PIUs – Projetos de Intervenção Urbana -, que passam a ser denominados Planos de Intervenção Urbana. E a atualização de temas que vieram, que foram atualizados em nível federal, estadual e mesmo municipal, e que vieram depois da promulgação do Plano Diretor, como os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 e as questões relativas às mudanças climáticas, dentre outros temas.

Também houve algumas atualizações conceituais em relação à rede hídrica ambiental, incluindo as águas subterrâneas e parques e unidades de conservação. E também a questão do sistema hidroviário articulado com o governo estadual, e também a inclusão de

soluções baseadas na natureza nas intervenções relativas ao sistema de saneamento ambiental.

Em relação às habitações de interesse social foi feita uma revisão conceitual sobre a definição de HIS 1 e 2 e habitações de mercado popular.

Em relação ainda ao mesmo tema, aperfeiçoamento das disposições, mitigação da demanda, deixando mais claro que o controle deve ser feito de forma permanente pelo Executivo, tanto em relação aos promotores quanto em relação aos terceiros adquirentes. Isso é feito tanto a nível administrativo como em relação às medidas processuais vinculadas ao serviço registrário também.

Em relação as ZEIS, regulamentação por decreto do funcionamento dos conselhos gestores de ZEIS. Unificação dos planos de urbanização de ZEIS 1 e de projetos de intervenção de ZEIS 3, que agora passam a ter o mesmo procedimento, passando a chamar planos de ação integrada, a sigla PAI, e tem o mesmo procedimento independente do tipo de ZEIS. E que deverão considerar o sistema de planejamento na formulação das propostas para os núcleos habitacionais.

Aqui, acho que já mencionei, a questão das etapas do projeto, acho que podemos passar para o próximo.

Em relação ainda as ZEIS localizadas em áreas de influência dos eixos, a previsão de aumento de 50% do coeficiente de aproveitamento máximo, uma disposição que já é possível para outras zonas de uso. As ZEIS não tinham esse incentivo, então, entendemos que era importante fazer essa compatibilização.

Em relação as ZEPECs, a inclusão entre os objetivos da proteção das áreas indígenas e também da identificação de preservação dos espaços regulares históricos e culturais da população negra.

Em relação aos eixos de estruturação da transformação urbana, estabelecimento de prazos para os projetos de intervenção urbana Arco Tietê e Arco Leste, até 2024. Eram PIUs que estavam previstos no Plano Diretor original, mas que não foram executados até então.

Nos outros dois itens, são previsões de quais procedimentos quando temos um

traçado de linha de transporte que é modificado, ou um modo de transporte que é modificado conforme previsto no Plano Diretor. Qual a repercussão disso em relação aos eixos de estruturação da transformação urbana.

Em relação aos eixos ainda, questão de alteração da quota parte máxima, que pode ser superada até o limite de 30 metros quadrados, mediante aplicação do fator social dois. Alteração das especificações em relação ao número máximo de vagas nos eixos. Em relação aos instrumentos de política urbana e gestão ambiental, uma compatibilização com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança Climática.

Instrumentos indutores da função social, foi feita a inclusão do instrumento de desapropriação por hasta pública e correspondente detalhamento. Esclarecimento sobre outros procedimentos e não só chamamento público e outras atualizações.

Em relação ao consórcio imobiliário, aprimoramento também do texto original referente ao pagamento para o proprietário por transferir seu imóvel. Quota de solidariedade, aumento do percentual aplicado ao valor total do terreno, de posse do Fundurb. Essa modalidade passa de 10% para 20%.

Previsão da modalidade associativa para produção de HIS em outro terreno, ou para doação de terreno. Da outorga, ajustes relativos à revogação dos perímetros de incentivo ao desenvolvimento econômico, Jacu Pêssego e Cupecê.

Alterações em relação ao limite máximo de atualização do cadastro, que é a atualização anual e correção da denominação do Conselho Municipal de Valores Imobiliários, que é o órgão que analisa a proposta do Executivo para atualização dos valores do Quadro 14.

Transferência do direito de construir. Ampliação da utilização do instrumento para implantação de parques propostos, preservação de áreas particulares demarcadas como ZEPAM, localizadas em zona rural. Remissão à legislação de Reurb, de Regularização Fundiária Urbana.

Especificação de fatores de incentivo diferenciado de acordo com o tamanho do terreno.

Em relação aos instrumentos de ordenamento, toda uma revisão em relação aos PIUs. Uma distinção entre PIUs de ordenamento da estruturação urbana e PIUs de zonas de ocupação especial.

Possibilidade de elaboração de PIUs através de manifestação de interesse privado ou manifestação de outros entes federativos.

Esse *slide* mostra como se dá o desenvolvimento de Planos de Intervenção Urbana, onde existem Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. Então, como eu disse no início da apresentação, existem os Planos de Ação Integrada, que são planos desenvolvidos pela Secretaria de Habitação; e os Planos de Intervenção Urbana, desenvolvidos pela Secretaria de Urbanismo. Então, existem situações de compatibilidade que são necessárias serem garantidas, para que as diretrizes de intervenção em ZEIS sejam compatíveis com as diretrizes urbanísticas, intervenções urbanas previstas fora da ZEIS no mesmo contexto urbano.

Em relação às Operações Urbanas Consorciadas, um aumento do percentual mínimo para a aplicação de recursos em Habitação de Interesse Social de 25% para 30%, que é a mesma majoração feita para as áreas de intervenção urbana; a previsão de planos de reassentamento nas operações urbanas também, em casos de população a ser reassentada, removida, também em relação a operações urbanas vigentes que não possuam regras para a sua conclusão, para a sua finalização, como deve se dar a transição do regramento específico da operação urbana para o regramento ordinário da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Em relação a Instrumentos de Gestão Ambiental, o estabelecimento de regulamentação por lei específica do instrumento de Estudo e Relatório de Impacto de Vizinhança – EIV/RIV; para o licenciamento de empreendimentos, atividades e intervenções urbanísticas de qualquer porte localizados junto a terras indígenas.

Na atribuição do Estudo de Viabilidade Ambiental, o EVA, altera de empreendimento de “menor potencial de degradação ambiental” para “médio potencial de degradação ambiental”, devido à inclusão de um novo instrumento, que é o Estudo Ambiental Simplificado – EAS. Esse

instrumento é relativo a atividades com baixo potencial de degradação. Então, o EVA passa a ser o instrumento mais dedicado a empreendimentos de médio potencial de degradação.

Em relação aos Instrumentos de Regularização Fundiária, a remissão à legislação específica de regularização fundiária urbana.

Em relação aos Sistemas Urbanos e Ambientais, a compatibilização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Em relação ao Desenvolvimento Econômico, a inclusão da Zona Urbana como áreas passíveis de promoção de atividades urbanas econômicas sustentáveis; outra remissão ao marco legal das *startups* e do empreendedorismo inovador, e a associação possível do Plano de Intervenção Urbana, o PIU, articulado com os Polos Estratégicos de Desenvolvimento Econômico.

Os Perímetros de Incentivo do Desenvolvimento Econômico, no Plano Diretor original, estavam nas disposições transitórias e a proposta é que eles sejam absorvidos pelos Polos Estratégicos de Desenvolvimento Econômico devido à sobreposição territorial e de objetivos também.

Em relação ao Sistema de Infraestrutura, complementações em relação à implantação de elementos necessários aos serviços de infraestrutura; a atribuição do papel à Câmara Técnica de Legislação Urbanística em relação às análises sobre instalação de infraestrutura.

Em relação à Política e Sistema de Saneamento Ambiental, a remissão ao marco legal de saneamento básico e à Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas; submete os planos dos sistemas recorrentes da Política Municipal de Saneamento Ambiental à revisão, face aos novos marcos legais.

Toda essa atualização em relação à legislação federal demanda que os planos já executados sejam revistos. E a priorização das Soluções Baseadas na Natureza, como mencionei no início da apresentação, quando da execução das ações prioritárias de drenagem,

conforme o Mapa 12, que é o mapa novo inserido nessa revisão, em relação ao sistema de drenagem.

Em relação à política de mobilidade, inclusão do Plano Municipal de Rotas Acessíveis e inclusão da previsão de elaboração do Plano Municipal Hidroviário.

Em relação ao sistema de áreas verdes e áreas livres, reformulação do Fundo Municipal de Parques, atualização das categorias de parques, como eu já mencionei – parques de conservação e orla –: ampliação da destinação de recursos para aquisição de áreas.

Desenvolvimento social e inclusão de áreas indígenas dentro dos grupos de proteção integral prioritários; inclusão de ações prioritárias do Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais: elaboração de planos setoriais para atendimento especializado em saúde e educação indígena; ampliação da rede de Centros de Referência Especializados de Assistência Social; implantação de Núcleos Olímpicos Regionais; implantação das Casas de Agricultura Ecológica, das Escolas de Agroecologia; e ampliação da oferta de hortas urbanas em áreas públicas.

Em relação à gestão democrática, atualização da composição do Conselho Municipal de Política Urbana, com a inclusão de um membro do Conselho Municipal de Pessoa com Deficiência; aprimoramento conceitual dos Planos de Bairro e sua integração ao Sistema de Planejamento, por meio dos Planos de Ação das Subprefeituras, que são feitos a cada quatro anos, a partir dos Planos Regionais das Subprefeituras; previsão do procedimento de elaboração de Planos de Bairro, com definição de etapas que permitam análise da compatibilidade com a normatização vigente, assegurada a participação social.

Nas disposições finais e transitórias, previsão de enquadramento como ZEPAM de parques urbanos, naturais, de conservação e orla; previsão de enquadramento como Zonas Especiais de Preservação de parques naturais existentes e demais unidades de conservação; permissão para a revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, a Lei de Zoneamento, para que reveja os limites das áreas de eixos, nos termos do art. 77 do Plano; e retirada do gás natural como categoria de fonte de energia renovável.

Foi estabelecido também um prazo até 2025 para a conclusão de todos os planos

setoriais previstos no Plano Diretor que ainda não executados; e a substituição dos seguintes mapas e quadros:

Quadro 1, definições; Quadro 5, Fator de Interesse Social; Quadro 7, de parques municipais, existentes e propostos; Mapa 5, atualização dos limites de parque do plano de parques e áreas verdes, considerando a inclusão de parques e de unidades de conservação; Mapa 8, ações prioritárias no Sistema Viário Estrutural; e Mapa 9, ações prioritárias no Sistema de Transporte Público Coletivo. Também a inclusão do Quadro 15, que é de unidades de conservação, existentes e propostos; e o Mapa 12, Ações Prioritárias do Sistema de Drenagem. Além disso, a revogação dos dispositivos do inc. IV, do Parágrafo 2º, do art. 326; e dos artigos 52, 148, 362 a 366 do plano diretor original.

Vocês podem ver as alterações do Fator de Interesse Social.

Inclusão das definições que eu mencionei em relação às soluções baseadas na natureza; alteração de HIS/HMP; e exclusão dos promotores da Habitação de Interesse Social.

Agradeço a oportunidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Fernando, pela explanação.

Registro a presença do Sr. Sérgio Gim, assessor da Siurb; e do Vereador Sansão Pereira.

Dando continuidade, passo a palavra aos presentes que se inscreveram para manifestações, iniciando pelo Sr. Luiz Castro, do Cura São Paulo.

Sr. Luiz, se o senhor quiser fazer uso do microfone de apartes ou da tribuna, fica a seu critério. Fique à vontade.

O SR. LUIZ CASTRO – Boa tarde a todos.

Mais uma audiência pública com ausência praticamente total da população.

Eu não consigo perceber os esforços para trazer a população, assim como os esforços que são feitos para as eleições do Legislativo, um tema de grande complexidade que

vai vencer em 2029, e, aqui, a gente tem mais uma vez a Câmara vazia.

Eu queria só refrescar um pouco a memória porque esta apresentação foi tão rápida; ela é complexa profunda; sou formado em Urbanismo e acredito que a metodologia de apresentação já se coloca de uma forma equivocada, pela qual poucas pessoas até com o vasto conhecimento têm dificuldade de entender, uma leitura às pressas, e um calendário extremamente apertado, no qual nós não temos mais tempo nem para trabalhar a não ser participar de audiências públicas.

Eu queria só fazer uma pergunta à Bancada também, antes de começar a minha fala: o valor do HIS 2, que, se não me engano são de quantos salários mínimos? Três a seis salários mínimos. Uma habitação de interesse social com três a seis salários mínimos; eu não sei qual é a população de interesse social que realmente tenha essa condição de pagamento.

Aliás, eu vejo como uma vergonha um HIS de três a seis salários mínimos de interesse social que é para se trazer as pessoas da periferia para a região central e condensarem em estúdios de 25 metros os quais têm que ser para as unidades familiares de interesse social.

Eu tenho certeza que, com esse coeficiente que chega a ser o dobro de permissão pela legislação pertinente, é um drible para favorecer alguns e não atender realmente a nossa cidade.

Eu vejo, também, como uma grande dificuldade o formato com que isso é feito porque o nosso Legislativo de hoje, provavelmente, não estava eleito quando o Plano Diretor foi escrito; provavelmente, não será reeleito nos próximos 7 anos, e a gente não sabe quem é que vai participar das próximas revisões em 2029.

Percebo essa metodologia extremamente arcaica e não funcional, a qual favorece alguns e não atende a população.

Volto a falar, como falei em todas as outras audiências públicas: a revisão do Plano Diretor tem que ser agora olhada de lote a lote; você não pode ter mais uma legislação tão abrangente, como, por exemplo, Pinheiros, onde não se consegue subir mais um prédio. Onde está a legislação que vai impedir os lotes que foram adquiridos? Nós temos aqui alguns

representantes da Associação de Pinheiros que sofrem com isso, e é um adensamento desorganizado. Em contrapartida, nós temos outras regiões, como, por exemplo, na região Água Espraiada, onde nós temos as comunidades que estão invadindo as casas e não se permite subir prédios.

Enfim, eu acho que tudo isso tem que ser revisto de uma forma completamente diferente, partindo pela formação do nosso Legislativo aqui, no qual nós não temos ninguém com conhecimento de desenvolvimento urbano; nós temos pessoas que são de outras áreas, outras formações, que quando acontecem as enchentes, como, por exemplo, na região de Moema, que mata uma senhora, vamos chamar os Vereadores eleitos por resgate de animais. É isso o que a gente quer para nossa cidade?

Eu acho que o buraco é muito mais profundo; tem que ser revisto em outras instâncias para que tenha eficácia.

Nós teremos mais sete anos pela frente. A gente não sabe nem como nem quando começará a recolher os benefícios do que está sendo feito hoje; muito menos pelas pessoas que estão eleitas que vão participar dos próximos sete anos das revisões.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Luís.

Convido o Sr. Saul Nahmias, Presidente do Conseg Bom Retiro.

O SR. SAUL NAHMIAIS - Boa tarde a todos. Agradeço muito à mesa a oportunidade de falar.

Vou ser bem breve. Eu sou Presidente do Conselho de Segurança do Bom Retiro e tenho um olhar comunitário do que me chega como demandas da população, contato direto. Eu não sou arquiteto nem urbanista, mas vou dar meu olhar de bom senso do que eu observo do dia a dia.

Eu acho que o Plano Diretor ...essa metodologia é muito mental e pouco orgânica. Você não trata as pessoas de uma forma justa dessa forma; você trata a cidade de uma forma “vamos projetar tal coisa e vamos executar. Não é assim que se faz. Tem que escutar de

comunidade a comunidade, entender as necessidades de cada bairro, de cada lugar, e nada melhor que o próprio cidadão que mora e paga seus impostos do local, não apenas o morador, mas o comerciante, o trabalhador, que está no local e sabe quais são as necessidades que ele tem na sua região.

A gente acha que o Plano Diretor é feito de forma muito antidemocrática. As pessoas, de fato, não são ouvidas. Então acaba tendo uma ideia que atende interesses que não são os dos cidadãos. Essa é a minha forma de ver e de todo mundo que eu converso, inclusive arquitetos e urbanistas.

Uma das coisas que a gente percebe que seria importante nesse Plano Diretor, nesse adendo, seria a questão dos ferros-velhos. Nós estamos pleiteando, já faz muito tempo, essa questão dos ferros-velhos. Eles têm que ser proibidos no Centro da cidade. Por que isso? Porque eles acabaram virando, na prática, receptores do crime. O patrimônio público e privado é depredado o tempo todo para quê? Para venda nos ferros-velhos. E nós estamos querendo ver uma atitude desta Câmara no sentido de coibir esse tipo de crime.

Outro ponto é que o Plano Diretor não trabalha com a dinâmica orgânica da cidade, que eu já falei, apenas reiterando. As coisas vão acontecendo e você engessa numa ideia que, daqui a sete anos, não vai ter mais nada a ver com a realidade. Então eu acho que essa forma de se trabalhar como se vê uma cidade está equivocada.

Agradeço a atenção dos senhores. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado. Sr. Saul, na questão dos ferros-velhos, uma sugestão do Vereador Coronel Salles para a revisão do Plano Diretor, pensando na região do Centro expandido da cidade de São Paulo, que tem uma quantidade de ferros-velhos que favorece a criminalidade, desmanche etc., é justamente impedir que eles se estabeleçam e existam nessa região. Está sendo analisada pelo Relator – apenas para atualizar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Importante. Muito obrigado.

Convido agora o Sr. Arlindo Amaro, arquiteto, morador da região do Ipiranga.

O SR. ARLINDO AMARO – Eu sou Arlindo Amaro, morador do bairro do Ipiranga, e nós vamos discutir novamente as mesmas coisas.

O Plano Diretor começou em 2001, fizeram revisão em 2014 e nós estamos hoje com 278 meses fazendo revisão de Plano Diretor. Implementação, praticamente zero. Não tem implementação dos planos de bairro, dos planos regionais, que vão ficar para 2029, daqui a 78 meses, e nada foi feito pela cidade. Em 2001, conseguia-se andar no Centro de São Paulo, e perguntavam: “o que você quer de São Paulo para 2010?” O que nós estamos vendo hoje. A cidade largada, abandonada, os prédios históricos destruídos, os planos de bairro não saem, moradores de rua. Nós tínhamos três, quatro mil pessoas morando na rua; hoje são 40, 50 mil pessoas morando na rua. Então, com esse desenvolvimento de miseráveis, em 2029, vamos ter quase a metade da população morando nas ruas.

São Paulo hoje, com 12,5 milhões de pessoas, tem 4,5 milhões de pessoas morando na favela e a tendência é crescer. Por quê? O Legislativo nosso infelizmente não toma conta da cidade. Para os senhores verem, já foi dito aqui, nós não temos nenhum representante de planejamento, de urbanismo, de desenvolvimento social na Mesa. Os senhores deveriam falar: tem o Plano Diretor que é feito por arquitetos capazes de fazer um plano adequado para a cidade. E não se faz implementação disso.

Nas subprefeituras, os planos de bairro não saem. A cidade inteira, com exceção de Pinheiros, Alto da Lapa e um trecho de Santo Amaro, está abandonada.

Ipiranga, ninguém faz absolutamente nada. Você vai para o Parque Bristol, Vila Liviero, Itaquera, Cidade Tiradentes, Parelheiros, você vê a mesma porcaria. As pessoas que falam que são zeladores da Cidade, que fiscalizam o Prefeito, que vão fazer iniciativas, não fazem.

Aqui se fazem leis, aí você diz “lei, ora a lei”. Como disse um presidente na época quando perguntaram? “Por que o senhor renunciou?": “Foram as forças ocultas, durante a madrugada”. É o que a gente está vendo aqui. Esse Plano Diretor vai ser aprovado na madrugada, com ausência de todos, e a sociedade de São Paulo não está sabendo de nada. A

pessoa que levanta às 5h da manhã, 4h da manhã para trabalhar, que mora lá nos extremos da cidade, jamais vai ver o Plano Diretor. Mas no dia das eleições eles irão até lá.

É lamentável ver a cidade de São Paulo assim. Tenham certeza, se nós não reagirmos, a cidade vai ficar pior para a futura geração.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Arlindo.

Convido agora a Sra. Laurita Salles, do Pró-Pinheiros, CPM Pinheiros.

A SRA. LAURITA SALLES – Boa tarde. Eu sou Laurita Salles, do Movimento Pró-Pinheiros, da região de Pinheiros, e também sou CPM, conselheira participativa municipal de Pinheiros. Tivemos várias audiências; vamos fazer então um breve resumo sobre algumas questões que são muito caras a todos nós.

Primeiro, estamos solicitando um complemento ao Art. 77, que foi exposto pelo pessoal da SMUL, mas que tem um prazo e um procedimento para efetivar de fato a implementação do Art. 77, que é um artigo que propõe, entre outros itens, proteger áreas de interesse urbanístico, cultural e ambiental.

Outra questão de extrema importante: estamos solicitando... Ambas de que eu estou falando agora são nas disposições transitivas. É sobre a questão das vilas. O que se faz mais premente... Eu espero dos Srs. Vereadores que tenham sensibilidade para a solicitação que fazemos, porque temos de diferenciar o que está sendo feito no PL de zoneamento que nós já vemos, no mesmo artigo. O que nós estamos solicitando é uma forma de proteção para as vilas da cidade. Eu espero que os senhores tenham sensibilidade, porque os senhores serão votados em 2024, e nós sabemos; se vocês votarem a favor do que eles estão propondo, saberemos muito bem como votar. É importante dizer que nós estamos de olho no que vocês fizerem.

Então, o que está dito no PL, como eles estão fazendo, é a normatização da destruição. E nós estamos solicitando que não possa ter remembramento interno aos lotes. Isso muda tudo, porque é uma forma de proteção efetiva. O que está feito lá... Eles até escrevem, conseguiram fazer o milagre de... quer dizer... de colocar que, em havendo destruição, nada vale

no artigo. Então, assim, é absolutamente absurdo e eu conto com esta Câmara para que vocês não deixem essa miséria passar.

Nós também temos várias reivindicações no que se refere à questão das garagens, no sentido de que, como está, ela aumenta o trânsito nas regiões onde tem ZEU. E nós temos uma proposta. Não vou poder detalhar nada aqui.

Também temos propostas na questão ambiental, no que se refere a... principalmente uma importante, que eu botei destacadas várias, a gente tem a possibilidade de limite de quantidade de prédios por lote, por lote não, por quadra – desculpe -, que é muito importante. E também a questão da TCA, entre as inúmeras questões que temos.

Finalmente, queremos um plano de bairro em que se coloque a questão de poder a inclusão do Art. 77, porque tem Zepam, Zepec, então isso é muito importante, se vamos ter isso. Uma coisa razoável deste Plano Diretor é que vamos ter em 2000 e... com a nova gestão, que será eleita, a possibilidade de ter planos de bairro junto com os planos regionais. Então é importante aperfeiçoar os planos de bairros.

Finalmente, a questão da cota de solidariedade, porque nós achamos muito importante que tenhamos, de fato, habitação social no Centro Expandido, porque, afinal das contas, o que a gente tem são estúdios ridículos que, inclusive, estão virando Airbnb. A gente quer, de fato, que as pessoas da periferia possam vir ao Centro, assim como as que trabalham na região.

Como disse uma pessoa aqui, a gente tem na região não só pessoas que moram, mas também as que trabalham. Queremos que o sapateiro e os demais que trabalham na região e recebem baixos salários possam morar e se efetivar. Inclusive, moradores de rua, nós temos muitos. É no Centro Expandido que estão os moradores de rua.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Laurita.

Convido o Sr. Arthur Mello Feola Moreira Santos.

O SR. ARTHUR MELLO FEOLA MOREIRA SANTOS – Boa tarde a todos. Obrigado

pela oportunidade. Sou um munícipe, coisa rara aqui pelo que eu vi. Todo mundo está representando alguma entidade.

Venho solicitar uma orientação ao pessoal da Mesa com relação a algumas situações do zoneamento do meu bairro. Sou residente no bairro do Brooklin Velho, uma zona estritamente residencial, que sofre muito com a obra do monotrilho, que foi largada. Isso está gerando um abandono das residências locais, sucateamento de alguns imóveis, principalmente da Rua Joaquim Nabuco, para baixo, onde chega na Jornalista Roberto Marinho.

A gente vê muita situação de comércio estabelecido de forma irregular, que não consegue se legalizar, tendo em vista a força que tem a associação de bairro, a Sabrove, que defende o interesse de uma minoria; embora o bairro tenha mais de 10 mil casas, ela representa pouco mais de 30 ou 40 casas. Ela faz uma força enorme para preservar o bairro como zona estritamente residencial, que impede, inclusive, o adensamento, como foi dito pelo Sr. Luiz Castro, o que acaba gerando para o bairro uma série de comércios irregulares trabalhando lá.

Eu queria entender se no novo Plano Diretor e na Lei do Zoneamento é possível fazer uma avaliação desse eixo que liga a Vereador José Diniz com a Washington Luiz, a Avenida Joaquim Nabuco, principalmente, que não é um corredor de ônibus, mas é quase um corredor de ônibus, porque é uma rua que deveria ser uma avenida, pois passa praticamente o dia todo congestionada. Se vocês tiverem o desprazer de passar por lá, vão ter a infelicidade de ver o abandono das casas, todas com placas de “vende-se”; um prejuízo para os proprietários tendo seus imóveis desvalorizados e com enorme dificuldade de poder legalizar escritórios de advogados, arquitetos, padarias, prostíbulos que, inclusive, temos lá. Mas, a duas ruas para baixo, há uma comunidade com todo tipo de comércio irregular, onde ninguém é incomodado.

Eu gostaria de perguntar para a Mesa, por exemplo o seguinte: eu e minha família temos alguns imóveis nessa rua, e a gente gostaria de conseguir legalizar uma das nossas operações comerciais, mas ficamos sujeitos à fiscalizações e ações do bairro que são intimidatórias, com a finalidade única e exclusiva de punir quem gostaria de estar legalizado e contribuindo para o município, dando emprego para as pessoas da comunidade, tentando ajudar

a cidade de alguma forma.

Gostaria de entender um caminho, se a Mesa puder me indicar um mecanismo de eu tentar legalizar o meu negócio numa área estritamente residencial onde, infelizmente, tudo o que não dá é para residir no quarteirão da Joaquim Nabuco para baixo.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Arthur, muito obrigado. Acho pontual a sua fala, vou tocar, exatamente, no ponto que o senhor perguntou. A questão de zoneamento não é coberta neste momento específico pelo Plano Diretor, mas a sua preocupação é a que eu tenho, a que nós temos. Por isso, apresentamos requerimento ao Poder Executivo, ao pessoal da SMUL - Secretário Gadelho - para que encaminhasse à Câmara a revisão da Lei de Uso do Solo – zoneamento, porque esse tipo de demanda é tratado, justamente, no Zoneamento, como o senhor adiantou.

Entendo que são projetos complementares, apesar de diferentes. Como na revisão do Plano Diretor nós discutimos plano macro, eixos da cidade, corredores, praças, etc., a questão de zoneamento é debatida na sequência. Após o requerimento, o Secretário entrou em contato, abriu audiências públicas devolutivas do Executivo, não da Câmara, para que seja debatido o zoneamento com a população e, aparentemente, será encaminhado ainda este mês para a Câmara. A previsão que temos é que tão logo seja aprovado a revisão do Plano Diretor, cujo organograma para votar é dia 30 de maio, no início de junho, a gente inicia o debate da revisão do zoneamento, para que seja aprovado ainda esse semestre na Câmara.

Indo, especificamente, à questão que o senhor trouxe, o que se discute é que o senhor mora em uma região estritamente residencial. A solução que me parece mais óbvia para esse tipo de problema tem que ser debatido no futuro, mas já conversei com o Vereador Goulart, que deve ser o relator do zoneamento, justamente a transformação para uma ZCor. Região comercial, para que possa legalizar esses estabelecimentos e outros tantos. Existem algumas outras regiões da cidade com esse problema. Já fui demandado nesse sentido, porque não se pode abrir, por exemplo, uma prestação de serviço. Não se pode abrir escritório de advocacia ou uma barbearia que acaba prejudicando a população da região como um todo. Espero poder

atender esse tipo de demanda. Já me coloco à disposição. Pedi para o Lucas que trabalha comigo fazer contato com o senhor na sequência, para podermos entender um pouquinho mais a complexidade, mas, complementando o que vai ser discutido no Plano Diretor, a gente pretende, no zoneamento, atender esse tipo de demanda.

O SR. ARTHUR MELLO FEOLA MOREIRA SANTOS– Agradeço e peço desculpas por estar trazendo o assunto para a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – De maneira alguma. Isso corrobora, inclusive, a preocupação da Mesa, um pedido que fazemos ao Executivo, para que envie o projeto.

O SR. ARTHUR MELLO FEOLA MOREIRA SANTOS– Ótimo. Eu dei uma avaliada. A ZECOR, como você falou, já foi pleiteada pelo próprio município de São Paulo, mais uma vez. Mas a associação do bairro, que defende poucos interesses – e lá no bairro a gente brinca que tem o alto clero e o baixo clero -, é o pessoal do alto clero, com meia dúzia de residentes importantes, que consegue segurar a tentativa do município, que por mais de uma vez - eu estudei ao longo do tempo, para poder vir aqui falar com vocês, inclusive - tentou criar aquele corredor da Joaquim Nabuco que liga esses dois importantes eixos de movimentação; e a associação do bairro foi muito forte e conseguiu manter como zona estritamente residencial, que atende o interesse de quem tem mansão, mas não atende o interesse de quem mora perto da comunidade. Os escritórios que você diz, eles existem. São todos irregulares e são das pessoas que estou aqui tentando representar e gostariam de poder pedir ajuda para que não deixasse de atender a demanda de ser uma zona estritamente residencial, mas a área que está competente a isso. Um corredor como aquele que a gente tem, está tudo abandonado. Virou um sucata. Então, se vocês puderem nos ajudar, agradeço muito. Sendo munícipe, é um lutando contra um monte de gente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tenho certeza de que vamos ter a sensibilidade no momento oportuno de trazer esse debate, que o Goulart tem esse olhar, especificamente, para a região.

O SR. ARTHUR MELLO FEOLA MOREIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Convido o Sr. Ernesto Maeda, do Amigos da Mata Esmeralda.

O SR. ERNESTO MAEDA – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, cidadãos presentes. Sou do Amigos da Mata Esmeralda. É um movimento que estamos lutando no Butantã para preservação de uma área com quase 500 metros quadrados, com Zepam, Mata Atlântica, nascente e que corre risco de se tornar um loteamento. Uma cidade que cada vez mais não tem mais área verde e chega época de chuva, principalmente, o pessoal reclama das enchentes, do calor. Então, se a Câmara Municipal, os Srs. Vereadores não tomarem uma medida urgente, essa situação ficará cada vez mais difícil para o futuro que nós temos pela frente.

Também sou do Conselho Participativo e gostaria de questionar um pouco a falta de uma visão orgânica do Plano Diretor. Estou dizendo isso porque nós tivemos a reunião do Conselho Participativo Municipal do Butantã e, como em outras reuniões, vem sempre o questionamento. Um exemplo: em muitos lugares do município passam ônibus pesados, maiores, e o que está acontecendo? Na região dos pontos de ônibus, eles afundam. Se tem ônibus, aí a CET participa da reunião e diz que esse problema não é nosso, tem de jogar para SPTrans e você reclama de um órgão e joga para outro órgão.

Se nós vivemos num município que tem uma Prefeitura, é preciso pensar isso de forma articulada. Você não pode fazer um órgão tomar uma medida, sem consultar o outro, você tem que pensar a questão do município de uma forma planejada, e falta isso.

Outro exemplo: o cidadão volte e meia reclama da questão dos equipamentos em parques, aí chega a subprefeitura e fala: “Mas nós não temos estrutura para isso.” Quem responde por isso? “Ah, isso são os Vereadores que fazem emendas.” Bem, os equipamentos não têm qualidade e um fica jogando problema para as costas do outro e quem paga? Os cidadãos que pagam impostos sempre são os prejudicados. Então, é preciso pensar essa questão da Prefeitura, da cidade, de uma forma articulada. O dinheiro é um só. Há vários órgãos,

mas é uma mesma Prefeitura.

Nós estamos atuando com diversos movimentos para pensar, como o pró-Pinheiros, Fórum Verde e diversos movimentos aqui na discussão do Plano Diretor, e é preciso, sim, pensar essa questão do planejamento da cidade de uma forma mais articulada porque é um Plano Diretor, mas, por exemplo, lá na Raposo, tem o que a gente chama de Raposão, que é um loteamento com 60 Torres. A Raposo já não anda; agora, quando tiver tudo pronto, aquele negócio vai travar. Mas tem uma compensação: vão construir uma via paralela, que vai só até a Politécnica, não vai resolver, e vão destruir uma parte da mata para construção.

— Ou seja, existe uma anuência por parte da Prefeitura, e a gente percebe que quem da linha nessa cidade aqui, os interesses maiores, são as grandes construtoras; o cidadão só é chamado na hora de votar. Então, é preciso olhar que tipo de cidade nós queremos e para nós, por exemplo, nós estamos reivindicando a questão da Mata Esmeralda se tornar um parque; nós estamos querendo congelar, como foi feito, mas ali era área privada, mas o Parque Augusta... também existem mecanismos legais para isso, porque é assim, ou a gente pensa, do ponto de vista do planejamento, que futuro nós queremos para a cidade, ou daqui algum tempo, alguns anos, vai ficar muito mais difícil a situação de vida nessa cidade.

Então, a gente pede a compreensão dos Srs. Vereadores e a sensibilidade e vamos estar atentos, o ano que vem, e esperamos contar com o bom senso dos senhores, o apoio de vocês na votação do Plano Diretor.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Ernesto. Quero registrar e agradecer a presença do Secretário de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, Vereador Gilberto Nascimento, desde já pedindo que leve nossos cumprimentos ao Governador Tarcísio, pelo brilhantismo no trabalho, ao longo desse início de mandato.

Dando prosseguimento agora pelos inscritos pelo *chat*, convido a Sra. Clarice Colli Cosentino. (Pausa) Está ausente; Sra. Clarice Sprovieri Cipoleta está ausente; Sheila Bastos da Silva Pereira, estudante de Arquitetura e Urbanismo, está ausente; Viviane Xavier Queiroz, está ausente; Kezia Rayane Soares da Silva, está ausente.

Não havendo mais inscritos pergunto à Vereadora Silvia se deseja fazer uso da palavra. (Pausa) Tem a palavra a Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Boa tarde a todos, todas e todes. A gente está chegando próximo ao fim deste processo todo de debates sobre o projeto enviado para a Câmara Municipal, pelo Executivo, de revisão do Plano Diretor; mas ainda temos muitas audiências públicas. Das audiências públicas agendadas, somente 34 foram realizadas, Presidente. Ainda temos algumas audiências públicas que faltam ser agendadas e executadas para concluirmos as 55 audiências públicas. São 25 pela Comissão de Política Urbana, que é a nossa comissão, e as outras pelas outras comissões. Então, ainda faltam algumas, mas já dá para a gente fazer um balanço desse processo.

Acho que foi um processo não muito organizado no sentido de priorizar as audiências públicas por subprefeituras, que era uma reivindicação da Bancada do PSOL e também da Bancada do PT. A gente previa que era melhor fazer uma por subprefeitura, pela Comissão de Política Urbana. Acabou que isso não aconteceu, e nas outras comissões foram propostas audiências públicas em alguns bairros, inclusive distritos, com duas audiências públicas e outros sem nenhuma. Então, não ficou organizado da forma como nós gostaríamos que fosse, com horários mais compatíveis com as necessidades das pessoas para poderem participar. Então, achávamos que as audiências deveriam ser prioritariamente no horário da noite e aos sábados durante o dia, não aqui na Câmara às 5 horas da tarde e aos sábados às 8 horas da manhã.

Então, a questão da organização e também o tempo curto para fazer essa quantidade de audiências públicas foi uma diferença que a gente teve aqui na Comissão de Política Urbana e continuamos dizendo que isso atrapalhou o processo de participação social. A gente teve algumas audiências públicas com bastante participação e outras, com muita baixa. Essa, por exemplo, é uma delas, com pouquíssimas pessoas vindo à Câmara para participar.

Nós nos esforçamos para que mais pessoas participassem, reivindicamos que houvesse ônibus para as pessoas se locomoverem, mas os horários acabaram atrapalhando bastante. Ainda temos algumas audiências públicas para fazer e reivindicamos que, quando

estiver o relatório pronto, o substitutivo pronto, que esse substitutivo seja apresentado da seguinte forma para que as pessoas possam visualizar o que vai ser mudado: o que era o PDE de 2014, o que foi a minuta trazida pelo Executivo e o que está sendo proposto no relatório final. Que a população consiga visualizar esses três processos. Então, PDE de 2014, como era o artigo, assim como a minuta que a Prefeitura propôs e o que está proposto no relatório final. Dessa forma, a população enxerga o que, de fato, está sendo mudado, o que não está sendo mudado, o que está sendo alterado.

É assim que funciona a Democracia: as pessoas têm que ter condições de se apropriar do processo para poderem intervir e opinar sobre o que elas acham melhor para a vida delas e para a vida da cidade de São Paulo.

Eu queria, nesse tempo que me resta, falar sobre três emendas que nós da Bancada Feminista estamos propondo, que são emendas que nós consideramos muito importantes. Vamos propor várias emendas: uma sobre a questão da moradia, que achamos que é um tema fundamental; outro bloco de emendas sobre a questão do meio ambiente, que tem a ver com o Fundo, que tem a ver com o quadro 7, que tem a ver com o quadro 5; e uma série de outras emendas supressivas, por exemplo para suprimir da minuta do Executivo a parte que fala sobre a questão da duplicação de vagas de garagem em lugares de eixo, quando tem mais de 60 metros quadrados. A cada 60 metros quadrados, uma vaga: isso a gente quer suprimir.

Então, nesse bloco de emendas, eu queria falar sobre a questão da moradia. Não vai dar para falar de tudo aqui. A gente vai apresentando as nossas emendas conforme forem acontecendo as próximas audiências públicas.

Na questão da moradia, eu queria falar de uma emenda bem importante: que as mulheres vítimas de violência tenham prioridade na questão da moradia de interesse social, principalmente HIS-1. Queria falar sobre a quota de solidariedade. Nós achamos que tem que se diminuir a metragem dos imóveis que têm que pagar quota de solidariedade. Hoje são vinte mil metros quadrados. Nós estamos propondo diminuir para dez mil metros quadrados, ou seja, imóveis menores também têm que pagar. Não é tão menor. Dez mil metros quadrados são

imóveis grandes ainda. Têm que pagar a quota de solidariedade, e nós estamos propondo que paguem, pelo menos, 15% da área construída computável para Habitação de Interesse Social, e que a forma de pagamento seja prioritária para a questão da construção, para se entregar já a construção dessas moradias de interesse social prioritariamente, inclusive na subprefeitura onde esse imóvel foi construído, ou seja, para que a moradia de interesse social não seja jogada para mais longe, mas que seja construída na subprefeitura onde esse imóvel vai pagar a quota de solidariedade. Na verdade, deveria ser quota de responsabilidade e não quota de solidariedade, ou seja, todos os imóveis construídos pagarem uma quota de responsabilidade, que significa compartilhar financeiramente com o município e com as demandas do município, principalmente a demanda do déficit habitacional, para que esse valor, para essas construções de moradia social.

E, por último, eu queria falar de uma emenda muito importante, que é a questão do Fundurb, que houve um grande debate aqui, que atravessou o processo de revisão do Plano Diretor, porque o Executivo - concomitante nós estávamos debatendo o processo de revisão do Plano Diretor - mandou para a Câmara um projeto de lei que colocava que parte do dinheiro do Fundurb seria destinado para recapeamento de vias, e nós fomos completamente contrários a essa proposta. Inclusive é uma proposta que está judicializada e nós estamos propondo o contrário, nós estamos propondo que, no Fundurb, não haja nenhuma trava para a questão da moradia, ou seja, o destino de 30% para moradia depois de dois anos não se acabe, ele se torne permanente; ou seja, mesmo depois de dois anos, o dinheiro do Fundurb não vai deixar de destinar 30% para a moradia social. E a gente está propondo outra questão: que 15% do Fundurb seja destinado para a regularização fundiária.

Vejam que há, na cidade de São Paulo, um déficit de 370 moradias, mas há 800 mil moradias em loteamentos irregulares. Então, nós precisamos de recursos, para que esses loteamentos irregulares passem pelo processo da regularização fundiária, porque é só com a regularização fundiária que eles vão poder receber o quê? A urbanização, e a urbanização é muito importante, porque tem a ver com saneamento, tem a ver com lixo, tem a ver com vias,

tem a ver com UBS, enfim, tem a finalidade de tornar digna a vida dessas pessoas, nesses 800 mil domicílios. Então, para isso é preciso de recursos e nós estamos propondo que 15% do Fundurb sejam destinados para isso.

Há várias emendas propostas pelo nosso mandato da Bancada Feminista. Nós queremos apresentá-las, aos poucos, aqui nas audiências públicas e, enfim, ainda não se terminou o processo. Espero que, nas audiências em que houver a votação do projeto, elas estejam bem cheias e bem participativas, para gente pressionar, tanto no relatório final e também do Vereadores, que não sejam votos pró-mercado e pró-especulação imobiliária, mas que sejam votos populares.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Obrigado, Vereadora Silvia.

A Vereadora vai ficar bastante feliz em saber que, de acordo com o texto do Executivo, a quota de solidariedade não vai para 15%, como sugeriram, mas para 20%. Então, um aumento significativo, vai para o dobro.

Tem a palavra o nobre Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Sr. Presidente, quero agradecer a primeira audiência pública geral, a participação de todos, muitas contribuições. Agradeço a parte técnica da comissão. Apesar de não acreditarem, temos uma grande equipe técnica aqui conosco, temos a secretaria da comissão, todos os técnicos, arquitetos, engenheiros. Meu muito obrigado aos competentes Vereadores que compõem esta comissão: Vereadora Silvia, Vereador Rubinho, Vereador Sansão, Vereador Arselino, demais membros.

Estamos preparados para receber todas essas contribuições. Chamou a minha atenção a contribuição do Sr. Artur. Saiba, você não é o primeiro a nos procurar quanto a isso, não só o Brooklin Velho, mas outros bairros também. Na questão do Brooklin Velho, aqueles dois ou três quarteirões, entre a Joaquim Nabuco e a Roberto Marinho, sabemos das dificuldades que existem com alguns imóveis ali, e outras ZERs ali têm nos procurado. E agora você citou uma entidade, mas é importante que, desses dez mil moradores que você citou, muitos possam

promover esse movimento e que venham aqui pleitear, como movimento organizado e, claro, nós estudaremos as viabilidades técnicas no momento apropriado, quando chegar o projeto de lei de Uso e Ocupação do Solo.

Acho que era isso, Sr. Presidente, só colocar que esta relatoria está à disposição de todos. Temos conversado já com a Vereadora Silvia, que já está com umas 20 propostas de emendas e, com certeza, todas elas engrandecerão os processos de discussão e teremos, obviamente, um aprimoramento muito grande desse projeto enviado pelo Executivo.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado. Cumprimento mais uma vez nosso Secretário Gilberto Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Muito obrigado, Vereador Rodrigo Goulart. Quero agradecer a presença de todos, bem como a participação de todos os presentes; à assessoria técnica da Casa, que sempre nos dá um brilhante auxílio. Mais uma vez obrigado, Vereador Rodrigo Goulart, Vereadora Silvia, Secretário de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo Gilberto Nascimento.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Tenham todos uma ótima noite.